

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	16
DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	31

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	74
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	76
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	77
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	78

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.866.290
Preferenciais	2.981.170
Total	4.847.460
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/01/2013	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/01/2013	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	17/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	14/03/2013	Ordinária		0,11000
Reunião do Conselho de Administração	17/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	14/03/2013	Preferencial		0,11000
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2013	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2013	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	04/03/2013	Juros sobre Capital Próprio	21/06/2013	Ordinária		0,12580
Reunião do Conselho de Administração	04/03/2013	Juros sobre Capital Próprio	21/06/2013	Preferencial		0,12580
Reunião do Conselho de Administração	17/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	21/06/2013	Ordinária		0,09700
Reunião do Conselho de Administração	17/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	21/06/2013	Preferencial		0,09700

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	32.051.000	31.964.000
1.01	Ativo Circulante	1.712.000	1.741.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	750.000	429.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	750.000	429.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	750.000	429.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	537.000	479.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	537.000	479.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	425.000	833.000
1.01.08.03	Outros	425.000	833.000
1.01.08.03.01	Depósitos em Garantia	93.000	91.000
1.01.08.03.02	Impostos e Contribuições a Compensar	152.000	253.000
1.01.08.03.03	Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	180.000	489.000
1.02	Ativo Não Circulante	30.339.000	30.223.000
1.02.02	Investimentos	29.808.000	29.692.000
1.02.02.01	Participações Societárias	29.804.000	29.688.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	29.804.000	29.688.000
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	4.000	4.000
1.02.02.02.01	Outros Investimentos	4.000	4.000
1.02.03	Imobilizado	71.000	71.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	71.000	71.000
1.02.04	Intangível	460.000	460.000
1.02.04.01	Intangíveis	460.000	460.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	32.051.000	31.964.000
2.01	Passivo Circulante	2.017.000	1.937.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	44.000	137.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	44.000	137.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	372.000	573.000
2.01.04.02	Debêntures	372.000	573.000
2.01.04.02.01	Recursos Captados em Mercados Institucionais-Debêntures	372.000	366.000
2.01.04.02.02	Notas Promissórias	0	207.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.382.000	1.041.000
2.01.05.02	Outros	1.382.000	1.041.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.382.000	1.041.000
2.01.06	Provisões	219.000	186.000
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	218.000	180.000
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	218.000	180.000
2.01.06.02	Outras Provisões	1.000	6.000
2.01.06.02.04	Outras	1.000	6.000
2.03	Patrimônio Líquido	30.034.000	30.027.000
2.03.01	Capital Social Realizado	16.500.000	16.500.000
2.03.04	Reservas de Lucros	13.515.000	13.233.000
2.03.04.01	Reserva Legal	2.310.000	2.246.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	10.858.000	10.045.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	610.000
2.03.04.10	Outras Reservas	347.000	332.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	19.000	294.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.223.000	1.165.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.000	-9.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.000	2.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-75.000	-82.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.304.000	1.254.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.223.000	1.165.000
3.06	Resultado Financeiro	0	-4.000
3.06.01	Receitas Financeiras	10.000	16.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.000	-20.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.223.000	1.161.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	59.000	81.000
3.08.01	Corrente	0	-2.000
3.08.02	Diferido	59.000	83.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.282.000	1.242.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.282.000	1.242.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,26000	0,28000
3.99.01.02	PN	0,26000	0,28000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	1.282.000	1.242.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-275.000	39.000
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	-4.000	1.000
4.02.02	Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas	-271.000	38.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.007.000	1.281.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-325.000	-516.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-71.000	-74.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-254.000	-442.000
6.01.02.01	(Aumento)Redução em Outros Ativos não Financeiros	195.000	-20.000
6.01.02.02	(Redução)Aumento em Provisões e Contas a Pagar e Outros Passivos não Financeiros	-128.000	-6.000
6.01.02.03	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	2.000
6.01.02.04	(Aumento)Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-321.000	-418.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.081.000	1.251.000
6.02.01	Juros sobre Capital Próprio/Dividendos Recebidos	1.081.000	1.251.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-756.000	-735.000
6.03.01	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	-546.000	-735.000
6.03.02	Pagamento de Notas Promissórias	-210.000	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	21.000	-676.000	-345.000	0	-1.000.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	21.000	0	0	0	21.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-73.000	0	-73.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-272.000	0	-272.000
5.04.08	Dividendos - Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anteriores	0	0	-610.000	0	0	-610.000
5.04.09	Reorganizações Societárias	0	0	-58.000	0	0	-58.000
5.04.10	Outros	0	0	-8.000	0	0	-8.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.282.000	-275.000	1.007.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.282.000	0	1.282.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-275.000	-275.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	937.000	-937.000	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	64.000	-64.000	0	0
5.06.06	Reserva Estatutária	0	0	873.000	-873.000	0	0
5.07	Saldos Finais	16.500.000	353.000	13.162.000	0	19.000	30.034.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.678.000	183.000	15.820.000	0	-340.000	29.341.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.678.000	183.000	15.820.000	0	-340.000	29.341.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9.000	-541.000	-335.000	0	-867.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	9.000	0	0	0	9.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-66.000	0	-66.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-269.000	0	-269.000
5.04.08	Dividendos - Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anteriores	0	0	-551.000	0	0	-551.000
5.04.09	Outros	0	0	10.000	0	0	10.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.242.000	39.000	1.281.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.242.000	0	1.242.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	39.000	39.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	907.000	-907.000	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	62.000	-62.000	0	0
5.06.05	Reserva Estatutária	0	0	845.000	-845.000	0	0
5.07	Saldos Finais	13.678.000	192.000	16.186.000	0	-301.000	29.755.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	12.000	18.000
7.01.02	Outras Receitas	12.000	18.000
7.01.02.01	Ganhos Líquidos com Ativos Financeiros	10.000	16.000
7.01.02.02	Outras Receitas Operacionais	2.000	2.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-16.000	-25.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.000	-1.000
7.02.04	Outros	-14.000	-24.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.000	-7.000
7.04	Retenções	-1.000	-1.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.000	-1.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.000	-8.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.304.000	1.253.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.304.000	1.253.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.299.000	1.245.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.299.000	1.245.000
7.08.01	Pessoal	2.000	3.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.000	3.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	15.000	0
7.08.02.01	Federais	15.000	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.282.000	1.242.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	345.000	335.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	937.000	907.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	39.160.000	39.050.000
1.01	Ativo Circulante	6.310.000	6.402.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.159.000	1.382.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	750.000	429.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	750.000	429.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	750.000	429.000
1.01.03	Contas a Receber	1.181.000	1.181.000
1.01.03.01	Clientes	1.181.000	1.181.000
1.01.04	Estoques	844.000	790.000
1.01.05	Ativos Biológicos	1.111.000	1.102.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.265.000	1.518.000
1.01.08.03	Outros	1.265.000	1.518.000
1.01.08.03.01	Ativos Financeiros	356.000	621.000
1.01.08.03.02	Ativos Fiscais	468.000	550.000
1.01.08.03.03	Outros Ativos	441.000	347.000
1.02	Ativo Não Circulante	32.850.000	32.648.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	719.000	653.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	719.000	653.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	719.000	653.000
1.02.02	Investimentos	27.358.000	27.304.000
1.02.02.01	Participações Societárias	27.358.000	27.304.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	27.358.000	27.304.000
1.02.03	Imobilizado	3.691.000	3.636.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.691.000	3.636.000
1.02.04	Intangível	1.082.000	1.055.000
1.02.04.01	Intangíveis	1.082.000	1.055.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	39.160.000	39.050.000
2.01	Passivo Circulante	4.113.000	4.008.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	140.000	264.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	140.000	264.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	140.000	264.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.212.000	1.348.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	839.000	769.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	788.000	691.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	51.000	78.000
2.01.04.02	Debêntures	373.000	579.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.400.000	1.130.000
2.01.05.02	Outros	1.400.000	1.130.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.400.000	1.130.000
2.01.06	Provisões	1.361.000	1.266.000
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	488.000	436.000
2.01.06.02	Outras Provisões	873.000	830.000
2.01.06.02.04	Outros Passivos	873.000	830.000
2.02	Passivo Não Circulante	2.277.000	2.368.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.777.000	1.873.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.671.000	1.770.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.409.000	1.503.000
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	262.000	267.000
2.02.01.02	Debêntures	106.000	103.000
2.02.03	Tributos Diferidos	500.000	495.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	500.000	495.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	32.770.000	32.674.000
2.03.01	Capital Social Realizado	16.500.000	16.500.000
2.03.04	Reservas de Lucros	13.515.000	13.233.000
2.03.04.01	Reserva Legal	2.310.000	2.246.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	10.858.000	10.045.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	610.000
2.03.04.10	Outras Reservas	347.000	332.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	19.000	294.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.736.000	2.647.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.384.000	1.305.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-849.000	-767.000
3.03	Resultado Bruto	535.000	538.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	938.000	812.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-342.000	-286.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	144.000	41.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-109.000	-154.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.245.000	1.211.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.473.000	1.350.000
3.06	Resultado Financeiro	-98.000	-106.000
3.06.01	Receitas Financeiras	43.000	62.000
3.06.01.01	Receitas de Juros e Rendimentos	43.000	62.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-141.000	-168.000
3.06.02.01	Despesas de Juros e Rendimentos	-64.000	-86.000
3.06.02.02	Despesas Tributárias	-77.000	-82.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.375.000	1.244.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.000	55.000
3.08.01	Corrente	-51.000	-27.000
3.08.02	Diferido	54.000	82.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.378.000	1.299.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.378.000	1.299.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.282.000	1.242.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	96.000	57.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,26000	0,26000
3.99.01.02	PN	0,26000	0,26000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,26000	0,26000
3.99.02.02	PN	0,26000	0,26000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.378.000	1.299.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-275.000	39.000
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Variação Cambial de Investimentos no Exterior	-4.000	1.000
4.02.02	Participação no Resultado Abrangente de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas	-271.000	38.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	1.103.000	1.338.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.007.000	1.281.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	96.000	57.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-200.000	-450.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	240.000	140.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	1.378.000	1.299.000
6.01.01.02	Juros s/ Debêntures	6.000	20.000
6.01.01.03	Juros s/ Notas Promissórias	3.000	0
6.01.01.04	Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	53.000	43.000
6.01.01.05	Depreciação, Amortização e Exaustão	137.000	119.000
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.245.000	-1.211.000
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-54.000	-82.000
6.01.01.08	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-43.000	-33.000
6.01.01.09	Resultado da Alienação de Ativo Imobilizado	1.000	0
6.01.01.10	Outros	4.000	-15.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-440.000	-590.000
6.01.02.01	(Aumento) / Redução em Ativos Financeiros	-323.000	-416.000
6.01.02.02	(Aumento) / Redução em Outros Ativos Financeiros	3.000	-21.000
6.01.02.03	(Aumento) / Redução em Estoques	-61.000	-85.000
6.01.02.04	(Aumento) / Redução em Ativos Fiscais	-7.000	3.000
6.01.02.05	(Aumento) / Redução em Outros Ativos Não Financeiros	108.000	-49.000
6.01.02.06	Aumento / (Redução) em Obrigações Fiscais e Trabalhistas	39.000	0
6.01.02.07	Aumento / (Redução) em Outros Passivos Não Financeiros	-143.000	-7.000
6.01.02.08	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-56.000	-15.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	859.000	1.132.000
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-34.000	0
6.02.02	Aquisição de Intangíveis	-38.000	-3.000
6.02.03	Aquisição de Imobilizado de Uso	-124.000	-95.000
6.02.04	Alienação de Imobilizado de Uso	3.000	1.000
6.02.05	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Recebidos	1.052.000	1.229.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-882.000	-743.000
6.03.02	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos pagos	-613.000	-784.000
6.03.03	Pagamento de Notas Promissórias	-210.000	0
6.03.04	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	143.000	39.000
6.03.05	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-196.000	-100.000
6.03.06	Emissão de Debêntures	-6.000	102.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-223.000	-61.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.382.000	1.265.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.159.000	1.204.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000	2.647.000	32.674.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000	2.647.000	32.674.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	21.000	-676.000	-345.000	0	-1.000.000	-7.000	-1.007.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	21.000	0	0	0	21.000	0	21.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-73.000	0	-73.000	0	-73.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-272.000	0	-272.000	0	-272.000
5.04.08	Reorganizações Societárias	0	0	-58.000	0	0	-58.000	0	-58.000
5.04.09	Outros	0	0	-8.000	0	0	-8.000	0	-8.000
5.04.10	Dividendos - Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anteriores	0	0	-610.000	0	0	-610.000	0	-610.000
5.04.11	Varição da Participação dos Acionistas Minoritários	0	0	0	0	0	0	-7.000	-7.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.282.000	-275.000	1.007.000	96.000	1.103.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.282.000	0	1.282.000	96.000	1.378.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-275.000	-275.000	0	-275.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	937.000	-937.000	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	64.000	-64.000	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Estatutária	0	0	873.000	-873.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	16.500.000	353.000	13.162.000	0	19.000	30.034.000	2.736.000	32.770.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.678.000	183.000	15.820.000	0	-340.000	29.341.000	2.434.000	31.775.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.678.000	183.000	15.820.000	0	-340.000	29.341.000	2.434.000	31.775.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	9.000	-541.000	-335.000	0	-867.000	3.000	-864.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	9.000	0	0	0	9.000	0	9.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-66.000	0	-66.000	0	-66.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-269.000	0	-269.000	0	-269.000
5.04.08	Dividendo - Excedente ao Mínimo Obrig. Exerc. Anteriors	0	0	-551.000	0	0	-551.000	0	-551.000
5.04.09	Outros	0	0	10.000	0	0	10.000	0	10.000
5.04.10	Varição da Participação dos Acionistas Minoritários	0	0	0	0	0	0	3.000	3.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.242.000	39.000	1.281.000	57.000	1.338.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.242.000	0	1.242.000	57.000	1.299.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	39.000	39.000	0	39.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	907.000	-907.000	0	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	62.000	-62.000	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Estatutária	0	0	845.000	-845.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.678.000	192.000	16.186.000	0	-301.000	29.755.000	2.494.000	32.249.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	1.571.000	1.408.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.384.000	1.305.000
7.01.02	Outras Receitas	187.000	103.000
7.01.02.01	Resultado Financeiro e de Valores Mobiliários	43.000	61.000
7.01.02.02	Juros, Rendtos., Dividendos e Prest. de Serv. Financ.	0	1.000
7.01.02.03	Outras	144.000	41.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-907.000	-924.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-672.000	-613.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.000	-21.000
7.02.04	Outros	-208.000	-290.000
7.02.04.01	Despesas de Juros e Rendimentos	-64.000	-20.000
7.02.04.02	Outras Despesas	-115.000	-225.000
7.02.04.03	Processamento de Dados e Telecomunicações	-3.000	-3.000
7.02.04.04	Propaganda, Promoções e Publicidade	-4.000	-6.000
7.02.04.05	Transporte	-10.000	-13.000
7.02.04.06	Viagens	-1.000	-1.000
7.02.04.07	Legais e Judiciais	0	-4.000
7.02.04.08	Outros Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.000	-18.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	664.000	484.000
7.04	Retenções	-137.000	-119.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-137.000	-119.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	527.000	365.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.245.000	1.211.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.245.000	1.211.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.772.000	1.576.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.772.000	1.576.000
7.08.01	Pessoal	245.000	217.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	203.000	177.000
7.08.01.02	Benefícios	28.000	28.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.000	12.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	149.000	60.000
7.08.02.01	Federais	145.000	59.000
7.08.02.02	Estaduais	3.000	1.000
7.08.02.03	Municipais	1.000	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.378.000	1.299.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	345.000	335.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	937.000	907.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	96.000	57.000

Comentário do Desempenho

ITÁUSA - INVESTIMENTOS ITÁU S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Janeiro a março de 2013

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a março de 2013, elaborados de acordo com a Legislação Societária e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis disponibilizadas à CVM e à BM&FBovespa contemplam o padrão internacional de reporte IFRS (International Financial Reporting Standards) e as normas estabelecidas pela CVM.

1) DESTAQUES

Itaúsa

Pelo segundo ano consecutivo, o Relatório Anual da Itaúsa de 2012, recebeu da Global Reporting Initiative (GRI) declaração de atendimento ao Nível A+ de aplicação das diretrizes GRI. Esse reconhecimento é concedido às companhias que mantêm práticas avançadas de relato da sustentabilidade, submetendo também o conteúdo à auditoria independente. A Itaúsa é a única holding pura de capital aberto do Brasil que divulga seu relatório no nível A+. As principais empresas do Conglomerado Itaúsa também elaboraram seus relatórios atendendo aos requisitos de aplicação das diretrizes de GRI – Itaú Unibanco e Duratex no Nível A+ e Elekeiroz e Itaotec no Nível A.

Na Assembleia Geral de 30/04/13 foi aprovada bonificação de 10% em ações, mediante capitalização de reservas de lucros, no valor de R\$ 4,6 bilhões. O custo unitário atribuído às ações bonificadas é de R\$ 9,489506364, independentemente da espécie.

O Conselho de Administração da Itaúsa deliberou, em 06/05/13, aumento de capital com emissão de novas ações no montante de R\$ 900 milhões, para subscrição particular no período de 14/05/13 a 12/06/13. Os acionistas poderão integralizar as ações mediante compensação de créditos originados dos juros sobre o capital próprio (JCP) declarados pela Itaúsa em 17/12/12 e 04/03/13.

Itaú Unibanco Holding

Em março de 2013, foi publicado Decreto Presidencial autorizando a elevação de 7,18% para 30% do limite de participação estrangeira no capital ordinário do Itaú Unibanco. Esta autorização não impacta a estrutura societária ou de controle.

Em AGE de 19/04/13 deliberou-se, dentre outras, os seguintes assuntos:

- Bonificação – aprovou o aumento de capital social mediante capitalização de Reservas Estatutárias de Lucros, em R\$ 15 bilhões, com bonificação de 10% em ações. O custo unitário atribuído a estas ações é de R\$ 35,00. A operação ainda está pendente de aprovação do BACEN.
- Idade Limite – aprovado o aumento da idade máxima para o exercício do cargo de Diretor Presidente do Itaú Unibanco Holding para 62 anos.

Comentário do Desempenho

Em fevereiro, o Itaú Unibanco anunciou a reestruturação no Comitê Executivo visando a simplificação da estrutura da organização com o objetivo de dar maior agilidade na tomada de decisões, além de promover ganho de eficiência e sinergia unificando áreas de negócios e de suporte. Essa iniciativa sinaliza o novo momento da organização, fortalece o Comitê Executivo e deve contribuir significativamente para os novos desafios do Itaú Unibanco frente a concorrência no mercado bancário brasileiro.

Duratex

No primeiro trimestre de 2013, a Duratex investiu R\$ 171 milhões em projetos de expansão. Adicionalmente adquiriu a Thermosystem (empresa fabricante de chuveiros eletrônicos), pelo valor de R\$ 56 milhões. Essa aquisição está alinhada à estratégia de crescimento em segmentos nos quais é possível a obtenção de sinergias.

No ano de 2013, os investimentos deverão atingir aproximadamente R\$ 660 milhões.

Elekeiroz

No trimestre, foram investidos R\$ 6,1 milhões, dos quais 60% destinados ao início do projeto de atualização do sistema corporativo (ERP), à parada para manutenção da unidade de ácido sulfúrico e à finalização da ampliação da unidade de resinas de poliéster. Os demais investimentos contemplam programas de aumento de produtividade, segurança e preservação do meio ambiente.

Itautec

Foram investidos no primeiro trimestre R\$ 18,7 milhões, dos quais R\$ 16,1 milhões em pesquisa e desenvolvimento (P&D), em sua maior parte direcionados ao desenvolvimento de produtos nos segmentos de automação bancária e automação comercial, incluindo hardware e software, e R\$ 2,6 milhões em imobilizado operacional.

2) DESEMPENHO ECONÔMICO

O lucro líquido recorrente do primeiro trimestre de 2013 foi de R\$ 1.320 milhões com rentabilidade recorrente anualizada sobre o patrimônio líquido médio de 17,6%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R\$ 1.282 milhões com rentabilidade anualizada de 17,1%.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Lucro Líquido	1.282	1.242	96	57	1.378	1.299
Lucro Líquido Recorrente	1.320	1.285	91	57	1.411	1.342
Patrimônio Líquido	30.034	29.755	2.736	2.494	32.770	32.249
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	17,1%	16,8%	14,3%	8,9%	16,8%	16,2%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	17,6%	17,4%	13,5%	8,9%	17,2%	16,8%

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

	31/03/2013	31/03/2012	Evolução %
Indicadores por ação - em R\$			
Lucro Líquido da Controladora	0,26	0,26	3,2
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,27	0,27	2,7
Valor Patrimonial da Controladora	6,20	6,14	0,9
Dividendos/JCP Líquido	0,06	0,06	3,3
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	10,46	10,25	2,0
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	50.704	49.708	2,0

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 26 de abril de 2012.

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o Lucro Líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
Lucro Líquido	1.282	1.242	96	57	1.378	1.299
Inclusão / (Exclusão) dos Efeitos não Recorrentes	38	43	(5)	-	33	43
Decorrentes de Participação Acionária no Itaú Unibanco Holding	67	43	-	-	67	43
Movimentação de Ações em Tesouraria	14	-	-	-	14	-
Realização PPA Itaú Unibanco x Redecard	38	-	-	-	38	-
Provisões Planos Econômicos	15	23	-	-	15	23
Venda de Participação / Ajuste a Valor de Mercado - BPI	-	20	-	-	-	20
Decorrentes de Participação nas demais empresas controladas	(29)	-	(5)	-	(34)	-
Duratex	(3)	-	(5)	-	(8)	-
Itautec	(21)	-	-	-	(21)	-
Itaúsa Empreendimentos	(5)	-	-	-	(5)	-
Lucro Líquido Recorrente	1.320	1.285	91	57	1.411	1.342

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	Janeiro a março	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS		ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO IFRS (1) (2)
		Itaú Unibanco Holding S.A.		Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	
Ativos Totais	2013	947.655		7.768	690	1.083	39.160
	2012	827.623		6.920	670	1.165	37.988
Receitas Operacionais (3)	2013	27.557		870	226	287	1.384
	2012	33.750		738	216	362	1.346
Lucro Líquido	2013	3.482		149	1	1	1.378
	2012	3.285		86	1	12	1.299
Patrimônio Líquido	2013	76.255		4.160	478	544	32.770
	2012	74.966		3.782	477	551	32.249
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (4)	2013	18,5%		14,6%	1,1%	0,5%	16,8%
	2012	17,9%		9,2%	0,6%	8,8%	16,1%
Geração Interna de Recursos (5)	2013	13.521		306	12	(19)	240
	2012	13.320		206	13	23	140

(1) O conglomerado Itaúsa inclui: a consolidação de 100% das empresas controladas.

(2) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e Comercialização e Outras Receitas Operacionais.
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços e Receita de Prestação de Serviços.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do exercício e o patrimônio líquido médio ((dez + mar)/2)

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Políticas Contábeis

O CPC 19 determina que as empresas com investimentos em controladas em conjunto não terão mais a opção de contabilização pela consolidação proporcional. Estas empresas deverão utilizar sempre o método de equivalência patrimonial.

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Itaúsa não existe mais a consolidação proporcional das empresas com controle conjunto (Itaú Unibanco e IUPAR), sendo que ambas passaram a ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Abaixo os principais efeitos nas demonstrações contábeis de 31/03/2012, que foram ajustadas para fins de comparabilidade:

Comentário do Desempenho

BALANÇO PATRIMONIAL	Consolidado Itaúsa	Parcela do Itaú Unibanco e IUPAR	Consolidado Itaúsa sem a consolidação proporcional do Itaú Unibanco e IUPAR	Consolidado Itaúsa
	Conforme Publicado Anteriormente	considerada no Consolidado Itaúsa		
	31/03/2012			31/03/2013
ATIVO				
Disponibilidades	3.938	(3.863)	75	39
Depósitos Compulsórios no Banco Central	27.804	(27.804)	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.935	(8.935)	-	-
Aplicações no Mercado Aberto	46.479	(45.734)	745	804
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	44.311	(43.577)	734	750
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo por meio do Resultado	69	(69)	-	-
Derivativos	3.271	(3.251)	20	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	20.620	(20.224)	396	316
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	1.108	(1.108)	-	-
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, Líquida	119.203	(119.203)	-	-
Outros Ativos Financeiros	14.350	(13.999)	351	356
Estoques	850	0	850	844
Investimentos em Empresas não Consolidadas	940	25.923	26.863	27.358
Imobilizado, Líquido	5.067	(1.710)	3.357	3.691
Ativos Biológicos	1.107	(0)	1.107	1.111
Ativos Intangíveis, Líquidos	3.023	(1.964)	1.059	1.082
Ativos Fiscais	10.388	(9.357)	1.031	1.187
Outros Ativos	4.195	(2.795)	1.400	1.622
TOTAL DO ATIVO	315.658	(277.670)	37.988	39.160
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Recursos Captados	213.540	(212.769)	771	479
Derivativos	2.779	(2.779)	-	-
Outros Passivos Financeiros	15.757	(15.757)	-	-
Provisão de Seguros e Previdência Privada	27.567	(27.567)	-	-
Passivos de Planos de Capitalização	1.050	(1.050)	-	-
Provisões	6.461	(6.093)	368	488
Obrigações Fiscais	3.558	(2.992)	566	640
Outros Passivos	12.261	(8.227)	4.034	4.783
Total do Passivo	282.973	(277.234)	5.739	6.390
Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	29.755	-	29.755	30.034
Patrimônio Líquido dos Acionistas não Controladores	2.930	(436)	2.494	2.736
Patrimônio Líquido	32.685	(436)	32.249	32.770
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	315.658	(277.670)	37.988	39.160
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	01/01 a 31/03/2012			01/01 a 31/03/2013
Vendas de Produtos e Serviços	1.279	26	1.305	1.384
Custo dos Produtos e Serviços	(812)	45	(767)	(849)
Receita de Juros e Rendimentos	9.600	(9.538)	62	-
Despesas de Juros e Rendimentos	(4.940)	4.855	(85)	(21)
Receita de Dividendos	14	(14)	-	-
Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos financeiros	537	(537)	-	-
Resultado de Oper. de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	171	(172)	(1)	-
Receita de Prestação de Serviços Financeiros	1.714	(1.714)	-	-
Resultado de Oper. de Seg., Prev. e Cap. antes das Despesas com Sinistros	542	(542)	-	-
Outras Receitas Operacionais	94	(53)	41	144
Perdas com Créditos e Sinistros	(1.961)	1.961	-	-
Outras Despesas Operacionais	(821)	667	(154)	(109)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.923)	2.637	(286)	(342)
Despesas Tributárias	(530)	448	(82)	(77)
Resultado de Participação de Empresas Não Consolidadas	21	1.190	1.211	1.245
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.983	(739)	1.244	1.375
Impostos de Renda e Contribuição Social	(615)	670	55	3
LUCRO LÍQUIDO	1.368	(69)	1.299	1.378
Lucro Líquido dos Acionistas Controladores	1.242	(0)	1.242	1.282
Lucro Líquido dos Acionistas não Controladores	126	(69)	57	96

Comentário do Desempenho

2.1) ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Itaú Unibanco Holding

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,74% detida pela Itaúsa.

Resultados

O lucro líquido do primeiro trimestre de 2013 atribuível aos acionistas controladores foi 6,0% superior ao resultado apurado no mesmo período do ano anterior e totalizou R\$ 3.482 bilhões, com rentabilidade anualizada de 18,5% sobre o patrimônio líquido médio (17,9% no primeiro trimestre de 2012). O lucro líquido recorrente do primeiro trimestre alcançou R\$ 3.522 bilhões, um crescimento de 3,8% em relação ao primeiro trimestre de 2012, atingindo um retorno recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 18,7%.

Contribuíram para a evolução do resultado apresentado, os crescimentos de 12,8% nas receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias, e de 13,8% no resultado de operações de seguros, previdência e capitalização antes das despesas de sinistros e comercialização, em relação ao mesmo período de 2012. O total das receitas e despesas de juros e rendimentos reduziram-se 0,8% entre os primeiros trimestres de 2013 e 2012.

O controle das despesas gerais e administrativas, que cresceram apenas 2,7% no período e a diminuição das perdas com créditos e sinistros, que melhoram 18,6% também contribuíram para o crescimento do lucro líquido no comparativo entre os primeiros trimestres de 2013 e 2012.

Ativos

O total de ativos consolidados alcançou R\$ 947,7 bilhões e o patrimônio líquido dos acionistas controladores totalizou R\$ 76,3 bilhões ao final do primeiro trimestre de 2012, com crescimento de 14,5% e 1,7% nos últimos 12 meses, respectivamente.

A diversificação dos negócios se reflete na mudança da composição da carteira de crédito e da captação, reduzindo os riscos a segmentos específicos, que possam ser mais impactados pela volatilidade da economia, conforme segue:

Carteira de Crédito

Em 31 de março de 2013 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais, fianças e títulos privados, atingiu R\$ 456,8 bilhões, com crescimento de 9,2% em relação ao final do primeiro trimestre de 2012, a tabela abaixo apresenta a evolução da carteira de crédito:

Comentário do Desempenho

Carteira de Crédito	31/mar/13	31/dez/12	31/mar/12	Variação (%)	
				mar/13 - dez/12	mar/13 - mar/12
Pessoas Físicas	153.411	151.081	150.115	1,5%	2,2%
Cartão de Crédito	41.307	40.531	36.574	1,9%	12,9%
Crédito Pessoal	43.999	40.856	39.440	7,7%	11,6%
Veículos	48.939	51.646	59.510	-5,2%	-17,8%
Crédito Imobiliário	19.165	18.047	14.591	6,2%	31,3%
Pessoas Jurídicas	250.630	246.913	229.595	1,5%	9,2%
Grandes Empresas	163.685	157.955	140.782	3,6%	16,3%
Micro, Pequenas e Médias Empresas	86.946	88.959	88.813	-2,3%	-2,1%
Argentina/Chile/Paraguai/Uruguai	30.865	29.300	21.717	5,3%	42,1%
Total com Avais e Fianças	434.906	427.294	401.427	1,8%	8,3%
Grandes Empresas - Títulos Privados (*)	21.924	22.652	17.067	-3,2%	28,5%
Total com Avais, Fianças e Títulos Privados	456.830	449.946	418.494	1,5%	9,2%
Total com Avais, Fianças e Títulos Privados (Ex-Veículos)	407.890	398.300	358.983	2,4%	13,6%

(*) Inclui Debêntures, CRI e Commercial Paper

Pessoas Físicas – No Brasil, a Carteira de Crédito para Pessoas Físicas alcançou R\$ 153,4 bilhões em 31 de março de 2013, crescimento de 2,2% em relação a 31 de março de 2012. Destaques:

- O Itaú Unibanco é líder nos segmentos de Financiamento para Aquisição de Veículos e de Cartão de Crédito, com saldos em 31 de março de 2013 de R\$ 48,9 bilhões e R\$ 41,3 bilhões, respectivamente, com redução em doze meses de 17,8% e aumento de 12,9% decorrente de nossa estratégia de priorização de menores riscos.
- As carteiras de Crédito Pessoal e Empréstimos Consignados próprios apresentaram relevante crescimento de 11,6% em doze meses. A carteira de Crédito Consignado contempla a nova instituição, o Banco Itaú BMG Consignado, no qual o Itaú Unibanco detém o controle, e cuja operação teve início em dezembro de 2012
- A carteira de Crédito Imobiliário apresentou crescimento de 31,3% em comparação a março de 2012. A oferta de crédito imobiliário é promovida pela rede de agências, incorporadoras e corretoras, bem como por meio das parcerias com a Lopes (LPS Brasil – Consultoria de Imóveis S.A.) e com a Coelho da Fonseca Empreendimentos Ltda, dentre outras.

Pessoas Jurídicas - No Brasil, a Carteira de Crédito para Pessoas Jurídicas, atingiu R\$ 250,6 bilhões em 31 de março de 2013, apresentando crescimento de 9,2% em relação a 31 de março de 2012. Os clientes pessoas jurídicas são atendidos pelo Itaú Unibanco, através de estrutura dedicada que atende aos segmentos de Micro, Pequenas e Médias Empresas com produtos e serviços específicos, e pelo Itaú BBA, que atende a mais de 3 mil dos maiores grupos empresariais presentes no Brasil, com uma carteira de crédito composta por empréstimos em moeda nacional e em moeda estrangeira, créditos direcionados (repasses do BNDES, Crédito Rural e Imobiliário) e garantias.

Exterior – No Cone Sul (Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), a Carteira de Crédito apresentou um crescimento significativo de 42,1% no segmento de pessoas físicas e jurídicas. Destaque para o aumento de 45,5% na carteira de crédito pessoa física na Argentina e 47,9% na carteira de crédito pessoa jurídica no Chile.

Em 31 de março de 2013, o índice de inadimplência total, considerando-se o saldo das operações em atraso há mais de 90 dias, alcançou 4,5%, apresentando uma redução de 0,5 p.p. em relação a 31 de março de 2012. Em um ano, este indicador manteve-se estável para carteira de clientes pessoas físicas e 0,8 p.p. para carteira de clientes pessoas jurídicas ao final de março de 2013.

Comentário do Desempenho

Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 1,4 trilhão em 31 de março de 2013, com crescimento de 13,2% quando comparado ao mesmo período de 2012.

Solidez do Capital

Índice de Basileia – Ao final de março de 2013, o índice atingiu 17,7%, apresentando aumento de 1,6 p.p. em relação ao mesmo período em 2012, fato que corrobora a solidez da base de capital.

Em março de 2013, o BACEN emitiu regras para a implementação da Basileia III. O Itaú Unibanco Holding vem implantando processos internos para avaliação do impacto das alterações no índice de capital, e os conceitos dessa nova estrutura de capital têm sido incorporados nas análises prospectivas de capital e liquidez como parte do processo de adequação dos negócios à nova regulamentação. O Itaú Unibanco não antevê necessidade de mudança na gestão de capital devido aos novos requerimentos da Basileia III.

Agência de Rating – em 28 de fevereiro, a agência Moody's anunciou o downgrade de ratings de dívidas subordinadas de longo prazo emitidas pelos bancos brasileiros, incluindo o Itaú Unibanco Holding que passou de Baa2 para Baa3. Essa recente mudança é parte da revisão mundial na metodologia de atribuição de notas para dívidas subordinadas pela Moody's.

2.2) ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

A receita líquida totalizou R\$ 870 milhões no primeiro trimestre de 2013, o que equivale a uma expansão de 17,9% em relação a igual período de 2012. Esse crescimento aconteceu em ambas as divisões. No comparativo anual, a evolução foi de 18,5% na divisão Madeira e de 16,8% na divisão Deca. Explica esse desempenho a consolidação das duas aquisições realizadas na Deca (Thermosystem e Mipel), além da melhora da receita líquida unitária em ambas as divisões.

Esse resultado ainda reflete evolução anual nos volumes expedidos de 1,5% na divisão Madeira e de 8,8% na divisão Deca. Paralelamente, houve expansão respectiva da receita líquida unitária de 16,7% e 7,3%, fator aliado a uma menor pressão de custos na Madeira e a um melhor mix de expedição na Deca

O mercado doméstico continua a ser o principal destino das vendas, sendo responsável por aproximadamente 94,8% do seu total.

O EBITDA do trimestre, de acordo com metodologia definida pela Instrução CVM nº 527/12, totalizou R\$ 346 milhões, com margem de 39,8%. Desconsiderados os eventos de caráter contábil e não caixa, o resultado ajustado ficou em R\$ 301 milhões, equivalente a uma margem de 34,6%, o que representa evolução anual de 44,1%. Contribuiu para esse resultado evento de natureza extraordinária atrelado à reversão de superávit de reservas do plano BD de aposentadoria da Fundação Itaúsa Industrial, parcialmente compensado pelas provisões associadas ao encerramento das atividades industriais na Argentina. Quando desconsiderados esses fatores obtém-se um resultado recorrente no trimestre de R\$ 279 milhões e expressiva expansão anual de 33,6%, com margem de 32,1%.

O lucro líquido alcançou R\$ 149 milhões, resultado 72,7% superior àquele referente ao mesmo período de 2011, reflexo da melhora operacional. O lucro líquido recorrente no trimestre foi de R\$ 141 milhões, com expansão anual de 62,9%.

Comentário do Desempenho

Elekeiroz

A expedição física total no primeiro trimestre foi de 94,6 mil toneladas, queda de 17,4% sobre o mesmo período de 2012. No segmento de produtos orgânicos, a queda observada foi de 12,8%, em decorrência de forte redução nos volumes de exportação, com menos 28,2%, diante da fraca demanda do mercado internacional por produtos químicos de um modo geral, conforme acompanhamento realizado pela Abiquim. No segmento de inorgânicos, houve retração de 23,1% nos volumes expedidos, como decorrência da parada planejada para manutenção da unidade de ácido sulfúrico, ocorrida entre os meses de fevereiro e março.

Apesar do cenário restritivo, os resultados da empresa foram melhores no primeiro trimestre de 2013, quando comparados ao mesmo período do ano anterior. A receita líquida totalizou R\$ 226,0 milhões, alta de 4,8%. No mercado interno, que correspondeu a 84% das vendas, o crescimento foi de 8,6%, enquanto no mercado externo houve retração de 11,3%.

O custo dos produtos vendidos aumentou 3,3% e as despesas gerais, administrativas e com vendas apresentaram incremento de apenas 0,8%.

Em consequência, a empresa encerrou o trimestre com lucro líquido de R\$ 1,4 milhão (R\$ 0,7 milhão em 2012). O EBITDA ajustado alcançou R\$ 12,5 milhões, alta de 44,5%, e a margem EBITDA ajustada foi de 5,5%, comparativamente a 4,0% em 2012.

Itautec

A ligeira melhora nos níveis de investimentos das empresas e os sinais de recuperação gradual no ritmo de crescimento da economia brasileira no primeiro trimestre de 2013 ainda não foram suficientes para a geração de negócios que contribuíssem para contrapor os principais efeitos negativos que afetaram o desempenho da Itautec durante todo o exercício de 2012.

A receita líquida consolidada de vendas e serviços registrada no primeiro trimestre de 2013 (1T13) foi de R\$ 287,2 milhões, inferior em 20,7% em relação ao primeiro trimestre de 2012 (1T12). A Unidade de Serviços Tecnológicos registrou receita líquida de R\$ 72,3 milhões, com redução de 40,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido à perda de um grande contrato de serviços de logística a partir do segundo trimestre de 2012, além da redução do escopo e renegociações de contratos com instituições bancárias ocorridas nos últimos 12 meses. A Unidade de Soluções de Automação apresentou receita líquida de R\$ 63,6 milhões, montante 25,4% inferior quando comparada com o mesmo trimestre de 2012, em virtude da menor expedição de ATMs no período. Já o segmento de Automação Comercial se destacou pelo incremento de 28,2% na quantidade de impressoras fiscais comercializadas em comparação ao 1T12, como resultado da continuidade dos investimentos em tecnologia pelo mercado varejista. Em razão do mix de vendas no trimestre, a Unidade de Soluções de Computação apresentou receita líquida de R\$ 151,3 milhões, inferior em 2,4% ao registrado no 1T12, mesmo com incremento de 4,7% nas quantidades de equipamentos expedidos.

Foi reconhecido no resultado do primeiro trimestre, na conta Outros Ganhos (Perdas), Líquidos, o montante de R\$ 32,2 milhões, referente ao equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do Plano de Benefício Definido – Plano BD.

O EBITDA do primeiro trimestre de 2013 totalizou R\$ 5,3 milhões. Desconsiderados os eventos de natureza extraordinária, de acordo com a Instrução CVM nº 527/12, o EBITDA ajustado do período foi negativo em R\$ 26,9 milhões. O lucro líquido do primeiro trimestre de 2013 foi de R\$ 0,6 milhão, resultado dos eventos descritos acima. O saldo de disponibilidades financeiras ao final de março de 2013 era de R\$ 157,8 milhões e a dívida financeira bruta de R\$ 143,4 milhões, resultando em uma dívida líquida negativa (excesso de caixa) de R\$ 14,4 milhões. O consumo do caixa em relação ao saldo final de disponibilidades financeiras de 2012 (R\$ 196,4 milhões) ocorreu, principalmente, devido às menores margens obtidas no período e à maior aquisição de componentes para suporte de entregas futuras.

Comentário do Desempenho

3) GESTÃO DE PESSOAS

Contávamos com cerca de 114 mil colaboradores no final do primeiro trimestre de 2013, incluindo aproximadamente 7 mil colaboradores em unidades no exterior. A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios totalizou R\$ 2,7 bilhões no trimestre.

4) SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Itaú Unibanco Holding

No início de 2013, o Itaú Unibanco aprovou a criação do Comitê de Partes Relacionadas, no âmbito do Conselho de Administração, que terá por escopo analisar as transações entre Partes Relacionadas, em determinadas circunstâncias e de acordo com o estabelecido na Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada em 2012, assegurando igualdade e transparência, de modo a garantir aos acionistas, aos investidores e outras partes interessadas, que o Itaú Unibanco está em consonância com as melhores práticas de Governança Corporativa.

Duratex

Entre janeiro e março de 2013 a Companhia aplicou em ações direcionadas ao meio ambiente R\$ 7,2 milhões, sendo destaque o tratamento de efluentes, a coleta de resíduos e a manutenção de áreas florestais. Este valor corresponde a um aumento de 30,9% em relação ao investimento dessa natureza realizado em igual período de 2012.

Elekeiroz

A empresa integra o Programa de Atuação Responsável do International Council of Chemical Associations administrado no Brasil pela Abiquim, e seus colaboradores participam de várias comissões criadas no âmbito dessa entidade. A empresa tem todas as linhas de produção certificadas pela ISO 9001.

Itautec

A Itautec concluiu no primeiro trimestre de 2013, o desenvolvimento de seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), referente às operações de 2012 realizadas na unidade industrial, filiais de serviços e escritório administrativo, atingindo 41.561 toneladas de CO2 equivalente (tCO2e). Este trabalho está de acordo com as normas do GHG Protocol, do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) e as informações coletadas e a metodologia utilizada foram auditadas por empresa independente, permitindo o aprimoramento dos dados e a construção de uma base histórica sólida que possibilite o estabelecimento de iniciativas para a minimização das emissões provenientes das operações.

5) PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Itaú Unibanco Holding

- *Global Custodian* – realizada por esta conceituada publicação do segmento de Securities Services, o Itaú Unibanco foi eleito o Melhor Custodiante na pesquisa Agent Banks in Emerging Markets, nos seguintes mercados: Região Américas e Caribe para clientes internacionais; Chile para clientes internacionais, e Brasil para consumidores locais e internacionais.

Comentário do Desempenho

- *International Law Office* – o Itaú Unibanco conquistou o prêmio de melhor equipe jurídica da América Latina na categoria Regulatório para Serviços Financeiros. Considerado um dos mais importantes reconhecimentos do segmento legal, o ILO Latin American Counsel Awards 2013 contou com mais de 4 mil indicações de profissionais de escritórios e consultorias jurídicas de toda a América Latina. O prêmio é promovido pela International Law Office em parceria com a Association of Corporate Counsel.
- *Trade Finance Magazine* – eleito Deal of the Year 2012, o Itaú BBA foi reconhecido por seu pioneirismo na captação para financiamento do setor *offshore*. O Itaú BBA é um dos principais bancos da América Latina a apoiar a expansão internacional das empresas brasileiras.

Duratex

A Deca foi vencedora do prêmio internacional *gooddesign* 2012, organizado pelo Museu de Arquitetura e Design de Chicago e pelo Centro Europeu de Arquitetura, Arte, Design e Estudos Urbanos, em reconhecimento à linha de metais Dot.

A Divisão Madeira conquistou o Premio Top Marca Projeto Design Durafloor – destaque na categoria Pisos em enquete realizada entre leitores da revista Projeto Design e do portal arcoweb.

6) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a março de 2013, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 07 de janeiro e 15 de março - aquisição de materiais técnicos;
- 19 de fevereiro – revisão dos aspectos relacionados ao programa de continuidade de negócios;

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas/coligadas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços.

Comentário do Desempenho

7) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável de nossos negócios.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 06/05/2013).

Notas Explicativas

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas** **Em 31 de março de 2013** (Em milhões de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 22 “Informações por segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,1% das ações ordinárias e 18,0% das ações preferenciais, 34,6% do total.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 6 de maio de 2013.

Notas Explicativas

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária com a opção de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas completas em vez das demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da ITAÚSA, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme o IFRS seria custo ou valor justo.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de março de 2013

- Alterações do IFRS 7 – “*Financial Instruments: Disclosures*” – Em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de *offsetting*. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- Alteração do IAS 19 – “*Employee Benefits*” – Essa alteração exclui a alternativa do uso do método do “corredor” e requer que os ganhos e perdas atuariais sejam lançados em Outros Resultados Abrangentes Acumulados e determina que o custo de juros para o exercício seguinte seja apurado sobre o valor reconhecido no ativo ou passivo. Esta alteração não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Notas Explicativas

- IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*” – O pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante para uma entidade ser consolidada. Na ITAÚSA não houve alteração do controle das controladas e controladas em conjunto.
- IFRS 11 – “*Joint Arrangements*” – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de “*Joint Arrangements*” com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os “*Joint Arrangements*” em duas formas: “*Joint Operations*” e “*Joint Ventures*”, de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em “*Joint Ventures*”, a consolidação proporcional não é mais permitida. Nas demonstrações contábeis da ITAÚSA CONSOLIDADO o maior efeito foi a não consolidação das empresas Itaú Unibanco Holding S.A e IUPAR – Itaú Unibanco Participações que passaram a ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os impactos nas demonstrações contábeis estão apresentados na nota 2.4g II e as principais informações das empresas estão na nota 6 de investimentos.
- IFRS 12 – “*Disclosures of Interests in Other Entities*” – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “*Joint Arrangements*”, associações e sociedades de propósitos específicos. O maior impacto para ITAÚSA CONSOLIDADO está sendo nas notas explicativas, onde, foram alteradas as informações do Itaú Unibanco Holding S.A apresentadas agora na nota 6 investimentos.
- IFRS 13 – “*Fair Value Measurement*” – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. A adoção desse pronunciamento não gerou impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- Annual Improvements cycle (2009-2011) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – “*First-time adoption of IFRS*”, IAS 1 – “*Presentation of Financial Statements*”, IAS 16 – “*Property, Plant and Equipment*”, IAS 32 – “*Financial Instruments: Presentation*” e IAS 34 – “*Interim Financial Reporting*”. Essas alterações não geraram impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração do IAS 32 – “*Financial Instruments: Presentation*” – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de *offsetting* de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2014. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.
- IFRS 9 – “*Financial Instruments*” – O pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “*Financial Instruments: Recognition and Measurement*”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2015, sua adoção antecipada é permitida pelo IASB.
- *Investment Entities – Amendments* ao IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*”, IFRS 12 – “*Disclosure of Interests in Other Entities*” e IAS 27 – “*Separate Financial Statements*” – São aplicáveis as entidades de investimento, que investem em fundos, exclusivamente para obter retornos de valorização do capital, rendas de investimento ou ambos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2014. Os possíveis impactos dessas alterações estão sendo avaliados.

Notas Explicativas

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4k, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 17. O montante de ativo fiscal diferido era de R\$ 742 (R\$ 677 em 31/12/2012).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 24.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 24.

c) Planos de pensão

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 20.

Notas Explicativas

d) Ativos e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa se razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis, são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 21.

O valor contábil dessas provisões em 31 de março de 2013 é de R\$ 488 (R\$ 436 em 31/12/12).

e) Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 8. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta própria no demonstrativo de resultado.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de controle financeiro e operacional com o objetivo de obter os benefícios de suas atividades.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA CONSOLIDADO que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	Pais de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/03/2013	Porcentagem do capital em 31/12/2012
Área Financeira - Joint Ventures				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	36,74%	36,78%
Área Industrial - Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,45%	35,46%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,49%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Construção Civil	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	94,01%	94,01%

Notas Explicativas

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 (R) somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15 (R), um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio. O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4(I). Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações junto a acionistas não controladores

O CPC 36 – Demonstrações Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

II. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

III. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como receita ou despesa financeira.

Notas Explicativas

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A ITAÚSA CONSOLIDADO define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o CPC 38 todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação.
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo.
- Ativos financeiros disponíveis para venda.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento.
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis.
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

A ITAÚSA categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

A ITAÚSA CONSOLIDADO classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 2.4c) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4d V).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando a ITAÚSA e suas controladas transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do CPC 38. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, a ITAÚSA e suas controladas devem avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

I. Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de hedge contábil. A ITAÚSA e suas controladas optaram por divulgar os derivativos em linha segregada no Balanço Patrimonial Consolidado (vide item III abaixo).

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e as perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganhos (Perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de juros e rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de juros e rendimentos.

II. Ativos e passivos financeiros designados a valor justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o CPC 38, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganhos (Perdas) Líquidos com Ativos e Passivos Financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas em Receita de Juros e Rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de Juros e Rendimentos.

A ITAÚSA e suas controladas designam certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

III. Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativo quando o valor justo é positivo e como passivo quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros exceto se a Administração optar por designar esses contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e podem ser qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item objeto de *hedge* o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios do CPC 38 são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com o CPC 38, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

Notas Explicativas

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.
- espera-se que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.
- quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado.
- a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos.
- o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

O CPC 38 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operações no exterior.

IV. Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros a valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganhos (Perdas) líquidos com ativos e passivos financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado como "Receita de dividendos" quando é provável que se estabeleça o direito da ITAÚSA CONSOLIDADO de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia na data do balanço patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do resultado abrangente acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado em relação com instrumentos de patrimônio não são revertidas por meio do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida por meio do resultado.

V. Outros ativos financeiros

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta estes ativos, cuja composição está sendo apresentada na Nota 11a em seu Balanço Patrimonial Consolidado inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Resultado Financeiro.

VI. Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

e) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações financeiras. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PDD ou impairment) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais, líquidos", na demonstração do resultado.

f) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão-de-obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

g) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (Joint Ventures)

O CPC 19 – Negócios em Conjunto, define entidades sob controle conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas (empreendedores). As entidades sob controle conjunto incluem acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades detém controle compartilhado em entidades ou têm operações ou detém ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que as afetem dependam da decisão unânime dos empreendedores.

Notas Explicativas

Anteriormente a 1º de janeiro de 2013, a ITAÚSA consolidava proporcionalmente suas participações em entidades controladas em conjunto, conforme requerimentos do CPC 19 Empreendimentos Controlados em Conjunto (revogado). A partir desta data, adotou o CPC 19 Negócios em Conjunto, alterando sua política contábil para participações em negócios em conjunto para o método de equivalência patrimonial. O maior impacto nas demonstrações consolidadas está sendo a não consolidação da empresa ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para um melhor entendimento, apresentamos abaixo os principais impactos nas demonstrações em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2012:

Balanco Patrimonial Consolidado	31/12/2012	Parcela não consolidada	31/12/2012 rerepresentado
Ativo	364.017	(324.967)	39.050
Passivo	331.008	(324.632)	6.376
PL	32.709	(35)	32.674

Balanco Patrimonial Consolidado	31/12/2011	Parcela não consolidada	31/12/2011 rerepresentado
Ativo	312.002	(274.586)	37.416
Passivo	279.712	(274.071)	5.641
PL	32.290	(515)	31.775

Demonstração Consolidada do Resultado	31/03/2012	Parcela não consolidada	31/03/2012 rerepresentado
Receita de Juros e Rendimentos	9.600	(9.538)	62
Despesa de Juros e Rendimentos	(4.940)	4.854	(86)
Resultado de Empresas não consolidadas	21	1.190	1.211
Lucro Líquido acionistas controladores	1.242	-	1.242
Lucro Líquido Consolidado	1.370	(71)	1.299

Fluxos de Caixa Consolidado	31/03/2012	Parcela não consolidada	31/03/2012 rerepresentado
Atividades Operacionais	16.301	(16.751)	(450)
Atividades de Investimentos	(2.581)	3.713	1.132
Atividades de Financiamentos	(431)	(312)	(743)
Aumento (Redução de Caixa e Equivalentes)	13.289	(13.350)	(61)

A tabela abaixo apresenta os valores de entidades controladas em conjunto (joint ventures) avaliadas pelo método de equivalência patrimonial:

	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Ativos	947.659	957.163	-
Passivos	871.712	882.431	-
Receitas	28.881	-	34.219
Despesas	(25.396)	-	(30.746)

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada

Notas Explicativas

for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA CONSOLIDADO. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA CONSOLIDADO mantiver influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

h) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 7.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas Operacionais ou Despesas Gerais e Administrativas.

i) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode

Notas Explicativas

reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em empresas não consolidadas e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

j) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam semestralmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 4, a ITAÚSA elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

k) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social a compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e contribuição social diferidos e Obrigações fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidas, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica de Despesas gerais e administrativas. O

Notas Explicativas

imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

	2013 e 2012
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado. Juros e multas sobre imposto de renda e contribuição social são tratados como uma despesa não financeira.

I) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

A ITAÚSA e suas controladas oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros. Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do período.

m) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 – “Pagamentos baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 15.

Notas Explicativas

n) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o CPC 38, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e o valor determinado de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem no Balanço Patrimonial consolidado como uma obrigação na rubrica “Outros passivos”, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de prestação de serviços financeiros.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa concluirmos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

o) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

p) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração consolidada do resultado.

q) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

Notas Explicativas

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

As controladas da ITAÚSA outorgam opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (consistindo de fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações da ITAÚSA.

r) RECEITAS

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Vendas de serviços

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através da sua subsidiária Itautec S.A., presta serviços no segmento de automações e computação. A receita é, geralmente, reconhecida com base nos serviços realizados até o momento.

s) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: área de serviços financeiros e área Industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 22.

Notas Explicativas

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa para a ITAÚSA CONSOLIDADO é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/03/2013	31/12/2012
Disponibilidades	39	56
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	169	188
Certificado de Depósitos Bancários	951	1.138
Total	1.159	1.382

NOTA 4 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A carteira é composta por aplicações em fundos de investimentos no montante de R\$ 750 (R\$ 429 em 31/12/2012).

NOTA 5 - ESTOQUES - ÁREA INDUSTRIAL

	31/03/2013	31/12/2012
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	383	369
Produtos Acabados	327	308
Produtos em elaboração	90	77
Almoxarifado Geral	80	81
Adiantamento a Fornecedores	16	5
Provisão para perdas nos estoques	(52)	(50)
Total	844	790

O custo dos estoques reconhecidos no resultado e incluídos em "Custo dos Produtos Vendidos" totalizou em 31 de março de 2013 R\$ 858 (R\$ 832 em 31 de março de 2012).

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 as controladas da ITAÚSA CONSOLIDADO não possuíam estoques dados em garantia.

Notas Explicativas

NOTA 6 - INVESTIMENTOS

I) Participação em Controladas e Controladas em Conjunto - ITAÚSA

O quadro abaixo demonstra a participação da ITAÚSA em entidades controladas e controladas em conjunto, que são consolidadas nessas Demonstrações Contábeis:

Empresas	Saldos em 31/12/2012	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos / A Receber (1)	Resultado de Participação	Varição do Ajuste ao Valor de Mercado e Variação Cambial	Outros Resultados Abrangentes de Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	Outorga de Opções Reconhecidas	Outros Ajustes no Patrimônio Líquido	Saldos em 31/03/2013	Valor de Mercado (2)
Entidades Controladas em Conjunto									
Itaú Unibanco Holding S.A.	15.113	(824)	995	-	(145)	11	(35)	15.115	59.300
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	12.221	(42)	244	-	(126)	9	(31)	12.275	-
Subsidiárias									
Duratex S.A.	1.418	(2)	53	(4)	-	1	-	1.466	3.123
Elekeiroz S.A.	459	-	1	-	-	-	-	460	212
Itautec S.A.	376	-	6	-	-	-	-	382	438
Itaúsa Empreendimentos S.A.	100	-	5	-	-	-	-	105	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	1	-	-	-	-	-	-	1	-
TOTAL GERAL	29.688	(868)	1.304	(4)	(271)	21	(66)	29.804	

(1) Em outros ativos, estão registrados dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

(2) Valor justo dos investimentos em coligadas e controladas com base nas cotações de ações das empresas, no Itaú Unibanco Holding considera-se participação indireta via IUPAR.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Nº de ações de propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital Votante
				Ordinárias	Preferenciais		
Entidades Controladas em Conjunto							
Itaú Unibanco Holding S.A.	45.000	76.255	3.482	885.142.980	77.193	36,74%	64,16%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	6.000	18.450	315	355.227.092	350.942.273	66,53%	50,00%
Subsidiárias							
Duratex S.A.	1.542	4.156	149	194.070.169	-	35,45%	35,45%
Elekeiroz S.A.	320	478	1	14.261.761	16.117.360	96,49%	98,23%
Itautec S.A.	280	544	1	10.953.371	-	94,01%	94,01%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	52	105	5	752.189	-	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman company Ltd.	25	1	-	12.200.000	-	100,00%	100,00%

II - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição

	% de participação em 31/03/2013		31/03/2013				
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimentos	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,74	64,16	76.255	14.918	59.300	3.482	1.001
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	18.450	12.275	-	315	244
Tablemac	-	-	-	163	-	-	-
Outros	-	-	-	2	-	-	-
Total				27.358			1.245

	% de participação em 31/12/2012		31/12/2012				
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimentos	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	36,78	64,16	75.903	14.908	55.395	3.479	1.027
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	18.369	12.221	-	276	184
Tablemac	-	-	-	174	-	-	-
Outros	-	-	-	1	-	-	-
Total				27.304			1.211

Notas Explicativas

b) Outras informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas pelo método de equivalência patrimonial .

Informações Financeiras	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2012
Ativo Circulante (*)	583.279	742.653	-
Ativo Não Circulante (*)	364.380	214.510	-
Passivo Circulante (*)	573.417	578.038	-
Passivo Não Circulante (*)	298.295	304.393	-
Receitas (*)	28.881	-	34.219
Despesas (*)	(25.396)	-	(30.746)

(*) Representado substancialmente pelo IUH - Itaú Unibanco Holding.

Os passivos financeiros circulante correspondem a R\$ 83 e R\$ 511 não circulante (R\$ 79 circulante e R\$ 563 não circulante em 31/12/2012).

Os passivos contingentes correspondem a R\$ 19.171 (R\$ 19.209 em 31/12/2012).

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	31/03/2013	31/03/2012
Receita de Juros e Rendimentos	21.352	26.349
Despesa de Juros e Rendimentos	(8.494)	(13.383)
Lucro Líquido antes do IR/CS	4.810	5.333
Imposto de renda e contribuição social	(1.320)	(1.854)
Lucro Líquido	3.490	3.479
Lucro Líquido atribuível as acionistas controladores	3.482	3.285
Outros Resultados Abrangentes	(767)	105
Resultado Abrangente Total	2.715	3.390

Despesas com depreciação e amortização no montante R\$ 360 e R\$ 202 respectivamente (R\$ 311 e R\$ 202 em 31/03/2012).

Caixa e Equivalentes de Caixa - Itaú Unibanco Holding	31/03/2013	31/12/2012
Disponibilidades	13.737	13.967
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.739	14.347
Aplicações no Mercado Aberto	23.378	17.476
Total	46.854	45.790

Conciliação dos investimentos controlados em conjunto	Itaú Unibanco Holding		IUPAR		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Patrimônio Líquido em 01/01/2013 e 01/01/2012	75.903	73.942	18.369	17.880	-	-
Ganhos/(Perdas) do período	3.482	12.634	315	2.060	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(767)	1.709	(198)	442	-	-
Outras movimentações no PL	(2.363)	(12.382)	(36)	(2.013)	-	-
Patrimônio Líquido em 31/03/2013 e 31/12/2012	76.255	75.903	18.450	18.369	-	-
Participação societária	19,57%	19,59%	66,53%	66,53%	-	-
	14.924	14.871	12.275	12.221	27.199	27.092
Resultado não realizado	(208)	(220)	-	-	(208)	(220)
Goodwill (Nota 19)	202	257	-	-	202	257
Total	14.918	14.908	12.275	12.221	27.193	27.129

Notas Explicativas

NOTA 7 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2012			Movimentações				Saldo em 31/03/2013		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Outros	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
IMÓVEIS DE USO	-	1.481	(355)	1.126	1	-	(8)	4	1.486	(363)	1.123
Terrenos	-	639	-	639	1	-	-	-	640	-	640
Edificações	4	842	(355)	487	-	-	(8)	4	846	(363)	483
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	-	4.151	(1.641)	2.510	108	(3)	(59)	12	4.268	(1.700)	2.568
Instalações de Uso	5 a 20	483	(281)	202	1	-	(8)	-	484	(289)	195
Móveis e Equipamentos de Uso	10 a 20	2.785	(1.211)	1.574	8	(1)	(47)	22	2.814	(1.258)	1.556
Sistema Processamento de Dados	20 a 50	32	(24)	8	2	-	(1)	-	34	(25)	9
Outros (Comunicação, Seg., Transp.)	4 a 20	851	(125)	726	97	(2)	(3)	(10)	936	(128)	808
TOTAL IMOBILIZADO		5.632	(1.996)	3.636	109	(3)	(67)	16	5.754	(2.063)	3.691

NOTA 8 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO detém através de sua controlada Duraflora S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de auto suficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de março de 2013, a Duraflora S.A. possuía aproximadamente 141 mil hectares em áreas de efetivo plantio (140 mil hectares em 31/12/2012) que são cultivadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até dois anos de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente).

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Companhia, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), baseado na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas

Notas Explicativas

utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2013	31/12/2012
Custo de formação dos ativos biológicos	556	545
Diferencial entre o custo e o valor justo	555	557
Valor justo dos ativos biológicos	1.111	1.102

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	31/03/2013	31/12/2012
Saldo inicial	1.102	1.094
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	43	144
Exaustão	(45)	(163)
Variação do Valor Histórico		
Formação	25	115
Exaustão	(14)	(88)
Saldo final	1.111	1.102

	31/03/2013	31/12/2012
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	(2)	(19)
Variação do Valor Justo	43	144
Exaustão do Valor Justo	(45)	(163)

A elevação do saldo é decorrente do aumento das áreas plantadas para suportar a expansão das operações da companhia.

O ajuste na variação do valor justo é decorrente da estabilidade dos preços de mercado, produtividade e volume colhido.

Notas Explicativas

NOTA 9 - ATIVOS INTANGÍVEIS - ITAÚSA CONSOLIDADO

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	31/12/2012			Movimentações			31/03/2013		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Despesa de Amortização	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos Intangíveis		1.188	(133)	1.055	3	(11)	35	1.226	(144)	1.082
Software	20%	80	(47)	33	1	(3)	-	81	(50)	31
Marcas e Patentes	0 a 50%	4	-	4	-	-	9	13	-	13
Ágio por Rentabilidade Futura	0%	689	-	689	-	-	26	715	-	715
Carteira de Clientes	6 a 50%	396	(79)	317	-	(7)	-	396	(86)	310
Desenvolvimento de Produtos	-	18	(7)	11	2	(1)	-	20	(8)	12
Outros Ativos Intangíveis	10 a 20%	1	-	1	-	-	-	1	-	1
INTANGÍVEL		1.188	(133)	1.055	3	(11)	35	1.226	(144)	1.082

NOTA 10 – Debêntures

Em 01/06/2010 a Itaúsa efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,5% do CDI, com amortização em três parcelas anuais e sucessivas, em junho de 2011, 2012 e 2013, podendo a Itaúsa, a seu critério, antecipar estes resgates. Em junho de 2011 e 2012 a Itaúsa efetuou pagamentos no valor de R\$ 416 e R\$ 432, referente amortização da primeira e segunda parcelas respectivamente.

Abaixo apresentamos as debêntures na Itaúsa Consolidado:

	31/03/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures e Notas Promissórias Itaúsa	372	-	372	573	-	573
Debêntures Duratex	1	106	107	6	103	109
Total	373	106	479	579	103	682

NOTA 11 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

a) Outros Ativos

	31/03/2013	31/12/2012
Financeiros	356	621
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes	164	160
Valores a Receber de Reembolso de Contingência	12	12
Serviços Prestados a Receber	180	449
Não Financeiros	441	347
Despesas Antecipadas	40	20
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 20)	182	174
Diversos no País	211	146
Outros	8	7

Notas Explicativas**b) Outros passivos**

	31/03/2013	31/12/2012
Obrigações Empresas Industriais	327	310
Credores Diversos - País e Exterior	153	135
Provisão para Pagamentos Diversos	112	115
Provisão de Pessoal	150	153
Outros	131	117
Total	873	830

Nota 12 - Clientes

Contas a receber de clientes	31/03/2013	31/12/2012
Clientes no país	1.120	1.127
Clientes no exterior	104	94
<i>Impairment</i>	(43)	(40)
Total	1.181	1.181

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	31/03/2013	31/12/2012
A vencer	1.126	1.128
Vencidos até 30 dias	16	19
Vencidos de 31 a 60 dias	13	3
Vencidos de 61 a 90 dias	12	12
Vencidos de 91 a 180 dias	12	17
Vencidos há mais de 180 dias	45	42
Total	1.224	1.221

Notas Explicativas**Nota 13 - Empréstimos e Financiamentos**

Empréstimos e Financiamentos	31/03/2013			31/12/2012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
BNDDES	215	636	851	194	641	835
Crédito Industrial e Bancário	303	342	645	165	439	604
Desconto NPR	38	-	38	25	-	25
FINAME	1	21	22	1	15	16
FINEP	15	59	74	15	63	78
Floating Rate Note	54	-	54	141	-	141
FUNDIEST	4	137	141	4	136	140
FUNDOPEM	-	12	12	-	10	10
Nota de Crédito Rural e Exportação	113	182	295	111	178	289
PROINVEST / PRO FLORESTA	13	20	33	13	21	34
Vendor	2	-	2	2	-	2
Cessão de Crédito	24	-	24	20	-	20
Outros	6	-	6	-	-	-
Moeda Nacional	788	1.409	2.197	691	1.503	2.194
ACC - Desconto Cambial	16	-	16	5	-	5
BNDDES	15	41	56	15	44	59
Exterior	17	-	17	21	-	21
Resolução 2770	3	-	3	3	2	5
Resolução 4131	-	221	221	34	221	255
Moeda Estrangeira	51	262	313	78	267	345
Total	839	1.671	2.510	769	1.770	2.539

Prazo de Vencimento	31/03/2013	31/12/2012
2014	483	672
2015	713	699
2016	216	170
2017	90	81
2018	69	61
2019	53	48
2020	37	32
2021	4	3
Demais	6	4
Total	1.671	1.770

Notas Explicativas

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social é de R\$ 16.500, representado por 4.847.459.747 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 1.866.289.554 ordinárias e 2.981.170.193 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2012 e em 31 de março de 2013:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 01/01/2012	1.696.626.868	2.718.854.721	4.415.481.589	13.678
Residentes no País	1.696.361.573	1.820.597.595	3.516.959.168	10.895
Residentes no Exterior	265.295	898.257.126	898.522.421	2.783
Movimentações das ações do capital integralizado				
AGE de 26/04/2012	169.662.686	271.015.472	440.678.158	2.822
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	2.822
Bonificação de 10% em Ações	169.662.686	271.015.472	440.678.158	-
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500
Residentes no País	1.864.554.738	1.962.909.890	3.827.464.628	13.028
Residentes no Exterior	1.734.816	1.018.260.303	1.019.995.119	3.472
Ações em Tesouraria em 01/01/2012 ^(*)	-	(8.700.000)	(8.700.000)	(80)
(-) Cancelamento de Ações - AGE de 26/04/12	-	8.700.000	8.700.000	80
Ações em Tesouraria em 31/12/2012	-	-	-	-
Em Circulação em 31/12/2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500
	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 31/03/2013	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500
Residentes no País	1.865.778.036	1.931.936.389	3.797.714.425	12.927
Residentes no Exterior	511.518	1.049.233.804	1.049.745.322	3.573
Ações em Tesouraria em 31/03/2013 ^(*)	-	-	-	-
Em Circulação em 31/03/2013	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Notas Explicativas

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Em 14/03/2013 foram pagos Juros de Capital Próprio referente ao exercício de 2012 no montante de R\$ 533 R\$ 0,11 por ação, adicionalmente até 28/06/2013 serão pagos R\$ 1.080 – R\$ 0,2228 por ação referente ao exercício de 2012.

I. Cálculo

	<i>(Em milhões de Reais)</i>	
Lucro Líquido	1.282	
(-) Reserva Legal	(64)	
Base de Cálculo do Dividendo	1.218	
Dividendo Mínimo Obrigatório	304	25,00%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Provisionados	345	(41)	304
Dividendos	73	-	73
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 01/07/2013	73	-	73
Juros sobre o Capital Próprio	272	(41)	231
1 parcela de R\$ 0,0562 por ação a ser declarado	272	(41)	231
Total em 31/03/2013 - R\$ 0,0628 líquido por ação	345	(41)	304
Total em 31/03/2012 - R\$ 0,0609 líquido por ação ^(*)	335	(40)	295

(*) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

c) Reservas Integralizadas

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

• Reservas estatutárias

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

Notas Explicativas

	31/03/2013	31/12/2012
RESERVAS DE LUCROS	13.168	12.291
Legal	2.310	2.246
Estatutárias	10.858	10.045
Equalização de Dividendos	2.005	1.627
Reforço do Capital de Giro	3.251	3.077
Aumento de Capital de Empresas Participadas	5.602	5.341
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	610
Outras Reservas	347	332
Total das Reservas na Controladora	13.515	13.233

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais da ITAÚSA CONSOLIDADO.

NOTA 15 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas

a) Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Notas Explicativas

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	2007 a 2011			2012	2013	Demais Períodos			
					dez/12	mar/13											
					(*)												
30/03/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	48.856	48.856	11,42	1	1	-	-	-	-	-			
31/01/2007	2.787.050	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.588.612	1.588.612	10,36	25	25	-	-	-	-	-			
13/02/2008	2.678.901	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.649.682	1.649.682	8,47	19	19	-	-	-	-	-			
30/06/2009	2.517.951	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	922.476	784.547	4,64	9	8	1	-	-	-	-			
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	1.464.818	1.464.818	8,21	9	4	2	1	-	-	2			
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	1.868.298	1.868.298	5,11	10	2	3	1	-	-	5			
02/04/2012	1.315.360	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	1.315.360	1.315.360	5,69	7	-	1	-	-	-	5			
01/03/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	-	1.561.061	6,54	10	-	-	-	-	-	10			
Soma	16.728.739				8.858.102	10.281.234		90	59	7	2			22			
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%				
Valor apurado								87	57 (1)	7 (2)	2 (3)		21 (4)				

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2011.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2012.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2013.

(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado até dezembro de 2016.

(*) Contempla bonificação de ações de 20% conforme AGO/E de 29/04/2011.

Em 31 de Março de 2013 a Companhia possuía 690.748 ações, em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

b) Itaotec S.A.

Conforme previsto no Estatuto Social, a Itaotec até o ano de 2006 possuía Plano para Outorga de Opções de Ações, com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações da Itaotec.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Itaotec.

O preço de exercício fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Itaotec nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções.

A critério do Comitê era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos. As premissas utilizadas no valor justo das opções, com base no modelo "Binomial", foram as seguintes:

Notas Explicativas

Premissas

Data da outorga	Plano 2003	Plano 2004	Plano 2006
Quantidade de ações outorgadas (i) (ii)	160.287	125.998	191.666
Preço da ação na data da outorga (em reais - R\$) - (ii)	40,50	44,70	46,50
Preço do exercício (em reais - R\$) - (ii)	21,45	23,55	36,45
Valor justo da opção (em reais - R\$) - (ii)	34,94	38,52	32,88
Prazo de carência	30/06/04	30/06/05	30/06/07
Prazo limite para exercício	31/12/13	31/12/14	31/12/16
Volatilidade	81%	64%	65%
Dividendos (<i>dividend yield</i>)	2,9%	1,5%	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	48,2%	24,9%	13,7%

(i) Descontados os cancelamentos.

(ii) Considera grupamento, na proporção de 15 ações para cada um, realizado em Outubro de 2006.

A volatilidade compreende o período dos últimos 3 anos até a data da outorga de cada plano.

Nenhuma opção de compra de ações foi exercida até o momento e não houve movimentação na quantidade de ações dos planos descritos acima no período apresentado.

Em 31 de março de 2013 o preço de mercado das ações eram de R\$ 40,00 (R\$ 35,01 em 31 de dezembro de 2012) por ação.

c) Elekeiroz S.A.

Plano de outorga de opções

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas Explicativas**NOTA 16 - DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

	31/03/2013	31/03/2012
Despesas de Pessoal	(160)	(122)
Remuneração	(43)	(47)
Encargos	(84)	(43)
Benefícios Sociais	(26)	(22)
Plano de Opção de Ações	(1)	(2)
Treinamento	-	(1)
Participações de Empregados nos Lucros	(6)	(3)
Desligamentos	-	(4)
Despesas Administrativas	(55)	(62)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(3)	(3)
Serviços de Terceiros	(27)	(21)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(4)	(6)
Transportes	(10)	(13)
Despesas de Viagem	(1)	(1)
Outros	(10)	(18)
Depreciação	(58)	(51)
Amortização	(69)	(51)
Total	(342)	(286)

Notas Explicativas

NOTA 17 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas controladas apresentam, em cada exercício, declarações de imposto de renda de pessoa jurídica separadas. No Brasil, o imposto de renda abrange o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido, que é um adicional sobre o imposto de renda federal.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	31/03/2013	31/03/2012
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	1.375	1.244
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(467)	(423)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões Permanentes	470	478
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	423	412
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	(10)	(1)
Juros Sobre o Capital Próprio	11	(11)
Dividendos, Juros Sobre Títulos da Dívida Externa e Incentivos Fiscais	-	1
Outras	46	77
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	3	55

b) Tributos Diferidos

I - O saldo e a movimentação líquida dos Créditos Tributários e dos Passivos de Impostos Diferidos estão representados por:

	31/12/2012	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2013
Ativo de Imposto Diferido				
Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	330	(1)	9	338
Créditos de Liquidação Duvidosa	3	-	1	4
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	(1)	-	1
Ágio na Aquisição do Investimento	142	-	-	142
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	67	-	12	79
Provisões para Passivos Contingentes	35	(9)	7	33
Empresas sediadas no Exterior	1	-	-	1
Outros	97	(8)	55	144
Total de Ativos de Impostos Diferidos	677	(19)	84	742
Passivo de Imposto Diferido				
Reserva de Reavaliação	(62)	2	-	(60)
Valor Presente de Financiamento	(8)	-	-	(8)
Resultado do Swap	(4)	3	-	(1)
Depreciação	(12)	-	-	(12)
Atualização de Dep. Judic. Obrig. Legais e Passivos Contingentes	(4)	-	-	(4)
Planos de Pensão	(28)	-	-	(28)
Venda de Imóvel	(9)	1	-	(8)
Outras Obrigações	(80)	-	(10)	(90)
Ajustes CPCs / IFRS	(312)	-	-	(312)
Total de Passivos de Impostos Diferidos	(519)	6	(10)	(523)
	158	(13)	74	219

Notas Explicativas

II - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/03/2013, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	31/03/2013	31/12/2012
Ativo de Imposto Diferido:	742	677
Ativo de imposto diferido a ser recuperado até 12 meses	201	146
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	541	531
Passivo de Imposto Diferido	(523)	(519)
Passivo de imposto diferido a ser recuperado até 12 meses	-	-
Passivo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	(523)	(519)
Ativo de Imposto Diferido Líquido	219	158

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 719 (R\$ 653 em 31/12/2012) e R\$ 500 (R\$ 495 em 31/12/2012).

NOTA 18 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA - Investimentos Itaú S.A. pelo número médio de ações durante os exercício, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	31/03/2013	31/03/2012
Lucro Líquido	1.282	1.242
Dividendo Mínimo Não Cumulativo Sobre as Ações Preferenciais, Segundo Nossos Estatutos	(30)	(30)
Subtotal	1.252	1.212
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(19)	(19)
Subtotal	1.233	1.193
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionalis:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	475	459
Aos Detentores de Ações Preferenciais	758	734
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	494	478
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	788	764
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	1.866.289.554	1.866.289.554
Ações Preferenciais	2.981.170.193	2.981.170.193
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	0,26	0,26
Ações Preferenciais	0,26	0,26

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

Notas Explicativas

NOTA 19 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 – Combinação de Negócios. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 que foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2012	Amortizações/ Realizações	31/03/2013
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente (*)	245	(81)	164
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	109	(6)	103
Outros	3	-	3
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	357	(87)	270
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Redecard (*)	4	(4)	-
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	71	(4)	67
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	428	(91)	337
Passivo fiscal Diferido (IV)	(171)	36	(135)
Total ágio alocado (V = III + IV)	257	(55)	202
Agio - Goodwill	437	-	437

(*) Em 31/03/2013 foram realizados os valores relativos a Redecard.

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

Notas Explicativas

NOTA 20 - BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC nº 33, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da **ITAÚSA** no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Benefícios de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 31 de março 2013 com 10.554 participantes (10.472 em 31 de dezembro de 2012).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O valor presente das contribuições normais futuras, calculado pelo método de crédito unitário projetado, foi reconhecido nas demonstrações financeiras intermediárias em 31 de março de 2013.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Créditos com plano de previdência é de R\$ 176 (R\$ 174 em 31 de dezembro 2012). Foram reconhecidos no resultado na rubrica Outros ganhos (perdas), líquidos o montante de R\$ 2 e R\$ 1 em 31 de março de 2013 e 2012 respectivamente.

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

No 1º trimestre de 2013, registrou-se no ativo valor correspondente ao equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do Plano BD no montante de R\$ 80 a ser realizado em 36 parcelas mensais, remuneradas pelo retorno dos investimentos do Plano de previdência BD, com recebimento da 1ª parcela em março de 2013 no montante de R\$ 2 da Fundação Itaúsa Industrial.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/03/2013	31/12/2012
Taxa de Desconto	8,16% a.a.	8,16% a.a.
Tábua de Mortalidade (1)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,12 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas;

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

Notas Explicativas

NOTA 21 – PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS

A ITAÚSA e suas controladas e subsidiárias, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes: a ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente ressarcimento de tributos, contribuições, taxa de licenciamento de importação (Taxa Cacex) e taxa de serviço administrativo incidente sobre internação e importação de mercadorias na Zona Franca de Manaus.

O quadro abaixo apresenta os principais processos, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão registrados nas demonstrações contábeis.

	31/03/2013	31/12/2012
Crédito prêmio de IPI de 1960 a 1985	106	104
Correção monetária dos créditos com a Eletrobrás	10	10
Restituição do ILL pago na distribuição de dividendos de 1989 a 1992	11	11
INSS - SAT, alteração da alíquota rural, vale transporte e seguro saúde	6	5
COFINS depósito judicial	3	3
PIS bases de cálculo	2	2
PIS e COFINS - Zona Franca de Manaus	-	1
PIS e COFINS - Remessa de comissões sobre vendas no exterior	2	2
Cobrança/execução de títulos extrajudicial	10	10
Outros	13	13
Total	163	161

b) Passivos Contingentes:

- **Tributárias:** são constituídos por autos de infração principalmente relacionados aos seguintes temas: créditos de ICMS, contribuições previdenciárias, PIS e COFINS sobre receitas financeiras.

- **Trabalhistas:** tem relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, danos morais, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.

- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Provisões para Contingências	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo Inicial em 01/01/2013	343	73	20	436
Atualização Monetária	5	2	1	8
Constituição	49	5	1	55
Reversão	(1)	(4)	-	(5)
Pagamentos	(1)	(4)	(1)	(6)
Saldo Final em 31/03/2013	395	72	21	488

Notas Explicativas

c) Contingências não Provisionadas

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 31 de março de 2013, esses processos totalizavam R\$ 367 para causas tributárias, R\$ 18 para causas trabalhistas e R\$ 4 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 73: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Desenquadramento de Anistia – R\$ 31: Desenquadramento dos benefícios da anistia por falta de cumprimento aos requisitos legais;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 15: Exigência decorrente de erro na conciliação de obrigações acessórias;
- IRPJ – Correção Monetária – R\$ 8: Discussão sobre a utilização da UFIR pro rata na correção monetária de mútuos;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 62: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS.
- PIS e COFINS – R\$ 54: Autos de infração decorrentes da glosa de créditos de PIS e COFINS por divergências de critério na apuração dessas contribuições e de compensações não homologadas com tais créditos.
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior R\$ 7: discussão da base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior.

Notas Explicativas

NOTA 22 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentadas ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itaotec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa tem autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding, as informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

- **Área Industrial**

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga) que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Duraflor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itaotec: atua no mercado de informática, sendo especializada no desenvolvimento de produtos e soluções de computação, automações e serviços tecnológicos.

Notas Explicativas

	Janeiro a Março	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO IFRS (1) (2)
		Itaú Unibanco Holding S.A	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	
Ativos Totais	2013	947.655	7.768	690	1.083	39.160
	2012	827.623	6.920	670	1.165	37.988
Receitas Operacionais (3)	2013	27.557	870	226	287	1.384
	2012	33.750	738	216	362	1.346
Lucro Líquido	2013	3.482	149	1	1	1.378
	2012	3.285	86	1	12	1.299
Patrimônio Líquido	2013	76.255	4.160	478	544	32.770
	2012	74.966	3.782	477	551	32.249
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (4)	2013	18,5%	14,6%	1,4%	0,5%	16,8%
	2012	17,9%	9,2%	0,6%	8,8%	16,1%
Geração Interna de Recursos (5)	2013	13.521	306	12	(19)	240
	2012	13.320	206	13	23	140

(1) O conglomerado Itaúsa inclui: a consolidação de 100% das empresas controladas.

(2) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco Holding S.A não foram consolidados estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(3) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

· Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.

· Duratex, Itautec e Elekeiroz: Vendas de Produtos e Serviços e Receita de Prestação de Serviços.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez + mar)/2)

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

NOTA 23 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Os controladores da ITAÚSA;
- A Fundação Itaú Unibanco e a Fundação Itaúsa Industrial, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚSA e/ou por suas controladas;
- Os Investimentos nas Empresas Não Consolidadas (Nota 6 II) – Itaú Unibanco Holding e IUPAR – Itaú Unibanco Participações..

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

Notas Explicativas

a) Partes Relacionadas

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31/03/2013	31/12/2012	01/01 a 31/03/2013	01/01 a 31/03/2012
Aplicações Financeiras	426	640	9	9
Itaú Unibanco S.A.	426	640	9	9
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	25	19	-	-
Itaú Unibanco S.A.	23	17	-	-
Banco Itaú BBA	2	1	-	-
Banco Itaú Leasing	-	1	-	-
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	90	138
Itaú Unibanco S.A.	-	-	88	134
Itaú Seguros	-	-	-	(1)
Banco Itaú Leasing	-	-	-	1
Banco Itaú BBA	-	-	2	4
Total	451	659	99	147

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Outras Despesas Administrativas R\$ 1 (R\$ 2 de 01/01 a 31/03/2012) em função da utilização da estrutura comum.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/03/2013	31/12/2012
Duratex S.A.	471	463
Elekeiroz S.A.	69	67
Itautec S.A.	124	131
Total	664	661

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos administradores da ITAÚSA são compostos conforme segue:

	31/03/2013	31/03/2012
Remuneração	1	1
Participações no Lucro	1	1
Total	2	2

Notas Explicativas

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos ao qual a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, que refletem principalmente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação das debêntures emitidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 750 que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Conforme nota 10, as debêntures remuneram 106,5% do CDI e a amortização dar-se-á em três parcelas anuais e sucessivas em junho de 2011, 2012 e 2013.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA.

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de SWAP US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de SWAP Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de NDF (*Non Deliverable Forward*): esse tipo de operação tem o objetivo de transformar passivos denominados em Dólares para Reais. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (NDF) e a taxa de câmbio do fim do período (PTAX).

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito acumulado	
	(nocial)		Valor a Receber	Valor a Pagar
	31/03/2013	31/03/2013		
Contratos de Swaps		8	15	(9)
Posição Ativa	599	619	15	(9)
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	251	217	-	(9)
Taxa Pré-Fixada	348	402	15	-
Posição Passiva	(572)	(611)	-	-
CDI	(572)	(611)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	23	-	-	-
Compromisso de Compra	23	-	-	-
Moeda Estrangeira (USD)	23	-	-	-

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito acumulado	
	(nocial)		Valor a Receber	Valor a Pagar
	31/12/2012	31/12/2012		
Contratos de Swaps		24	28	(1)
Posição Ativa	613	675	28	(1)
Moeda Estrangeira (USD)	263	264	7	(1)
Taxa Pré-Fixada	350	411	21	-
Posição Passiva	(608)	(651)	-	-
CDI	(608)	(651)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	44	-	4	(1)
Compromisso de Compra	44	-	4	(1)
Moeda Estrangeira (USD)	26	-	3	(1)
Contratos (EUR)	18	-	1	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações.

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Notas Explicativas

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações financeiras:

31/03/2013	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos	847	1.194	580	10
Fornecedores e outras obrigações	513	122	-	-
Total	1.360	1.316	580	10

31/12/2012	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos	780	1.361	511	11
Fornecedores e outras obrigações	515	121	-	-
Total	1.295	1.482	511	11

d) Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA CONSOLIDADO, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deteriorização da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&BOVESPA / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	Swap - PRÉ / CDI	Aumento CDI	12	2	(10)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas pré-fixadas		(12)	(2)	10
	Swap - US\$ / CDI (Res. 2770 w Res. 4131)	Queda US\$	(6)	(72)	(140)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	6	72	140
	NDF (US\$)	Queda US\$	-	(4)	(7)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	-	4	7
Cambial	NDF (US\$)	Queda US\$	-	(2)	(4)
	NDF (EUR)	Queda EUR	(1)	(5)	(9)
	Swap (US\$)	Aumento US\$	9	9	9
	Swap (US\$)	Aumento CDI	(9)	(9)	(9)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira	US\$ / EUR	1	7	14
	Exportações a receber	(Queda US\$)	-	(10)	(21)
		Aumento US\$	-	10	21
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US\$	(1)	3	6
		(Aumento US\$)		(3)	(6)
	ACC - Desconto Cambial	Queda US\$	-	4	8
		(Aumento US\$)	-	(4)	(8)
	Fornecedores Exterior	Queda US\$	-	3	5
	(Aumento US\$)	-	(3)	(5)	
Total			(1)	-	1

Notas Explicativas

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) esteja próximo de seus valores justos. O valor justo dos ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações financeiras estão em conformidade com o CPC 40 instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

	31/03/2013	31/12/2012
Ativos (*):	2.347	2.567
Caixa e equivalentes de caixa	1.058	1.279
Contas a receber de clientes	1.260	1.259
Depósitos Vinculados	27	26
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1	1
Opções de compras de ações	1	2
Passivos:	2.935	2.942
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2.618	2.648
Fornecedores / Outras Obrigações	323	306
Instrumentos Financeiros Derivativos	(6)	(12)

(*) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 6 I.

NOTA 25 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Na Assembléia Geral de 30/04/2013 foi aprovada a bonificação de 10% em ações, mediante capitalização de Reservas, no valor de R\$ 4,6 bilhões. O custo unitário atribuído às ações bonificadas é de R\$ 9,489506364, independente da espécie.

O Conselho de Administração da Itaúsa deliberou, em 06/05/2013, aumento de capital com emissão de novas ações no montante de R\$ 900 milhões, para subscrição particular no período de 14/05/13 a 12/06/13. Os acionistas poderão integralizar as ações mediante compensação de créditos originados dos juros sobre o capital próprio (JCP) declarados pela Itaúsa em 17/12/12 e 04/03/13.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Itáusa – Investimentos Itá S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Itáusa – Investimentos Itá S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado, individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de maio de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A., após procederem ao exame das demonstrações contábeis referentes ao 1º trimestre de 2013, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do relatório de revisão emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Sociedade no período. São Paulo (SP), 6 de maio de 2013. (aa)
Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; José Carlos de Brito e Cunha e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

HENRI PENCHAS
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Não se aplica.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Não se aplica.